

nova

Junji quer intervenção federal para barrar aterro

Deputado mostrará à União que a pretendida obra põe em risco polo hídrico que abastece Rio e Minas

Com munição extra na bagagem, o deputado federal Junji Abe (DEM-SP) planeja conseguir a intervenção do Ministério do Meio Ambiente para barrar o aterro sanitário que a Queiroz Galvão deseja instalar em Mogi das Cruzes, apesar do gigantesco movimento popular em repúdio ao empreendimento. Desta vez, o parlamentar inclui no arsenal uma questão interestadual: a contaminação das águas que abastecem dezenas de cidades, desde a região paulista do Vale do Paraíba até os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Segundo o deputado, a área escolhida pela empresa para instalar o aterro fica próxima a dois córregos que são afluentes do Rio Parateí. "A eventual contaminação do lençol freático, além de causar sérios danos ao meio ambiente, é ameaça flagrante à saúde pública. O Parateí deságua no Rio Paraíba do Sul que abastece dezenas de cidades do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Minas", defende.

Além de acionar o Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Junji também levará o caso ao Codivap - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte, que reúne 44 municípios, inclusive Mogi das Cruzes, sendo a maioria deles potencialmente prejudicada pela instalação de um aterro no distrito do Taboão.

O objetivo do parlamentar é fortalecer a movimentação em repulsa ao empreendimento e agregar mais aliados contra a iniciativa da Queiroz Galvão: "Vamos ampliar o leque de ações e intensificar trabalhos já desenvolvidos pela Prefeitura, pelos deputados estaduais e pelo Movimento Aterro Não!, procurando o respaldo de órgãos federais para a nossa luta."

O risco de contaminação das águas de afluentes do polo hídrico que abastece Vale do Paraíba, parte do Rio e de Minas é apenas um dos muitos outros motivos para a proibição do aterro sanitário no território mogiano, de acordo com avaliação de Junji. Enquanto exercia o cargo de prefeito de Mogi, Junji enfrentou quase uma década de sucessivas batalhas para tentar sepultar o projeto da empresa.

Na ocasião, rememorou ele, a Prefeitura de Mogi apontou 22 impactos de ordem ambiental, econômica, de vizinhança e até de sistema viário para impedir o aterro no

distrito industrial do Taboão. Por determinação do, então, governador Claudio Lembo (DEM), houve o arquivamento do projeto, ressuscitado em 2009 com modificações.

Obsoleto

Junji observa que "enterrar lixo é uma prática primitiva, extremamente danosa ao meio ambiente e que traz riscos sérios à saúde pública".

Em outros países se incineram resíduos há mais de 30 anos, após a coleta seletiva e a triagem, gerando energia.